

05 SET 1988

Haverá, ainda, esperança?

JORGE BOAVENTURA

AUC P3

Não há mais dúvida sobre o fato de que está generalizada a sensação da presença de uma crise terrível, absolutamente sem precedentes em nosso país. Nada obstante, segundo entendemos, contraditoriamente permanece, e até se aprofunda, espessa ignorância acerca das suas verdadeiras raízes. De nossa parte, e os que nos honram com a sua leitura o sabem, de há muito vimos apontando como causa fundamental da referida crise, o abandono crescente de um conjunto de valores decorrentes das bases da cultura e da civilização de que somos parte, valores esses cada dia mais "questionados" e contestados por um esforço gigantesco realizado com o auxílio dos que temos chamado de "centros de irradiação de prestígio cultural". São estes, como repetimos tantas vezes, os veículos da mídia, especialmente os eletrônicos, como ninguém ignora, grandemente infiltrados e influenciados — com as honrosas exceções da praxe — por adeptos da cosmovisão do materialismo dialético, as colunas de críticas artística, as cátedras universitárias e os púlpitos de várias denominações religiosas — e tudo isso para mencionar apenas o principal e mais importante. A tal trabalho de demolição, junta-se a atuação de indiferentes e alienados, bem como a de oportunistas canalhas, que não aspiram a outra coisa além de "levar vantagem em tudo", mote de conhecida propaganda comercial de passado recente, e de política externa baseada exclusivamente no pitoresco "pragmatismo ecumênico e responsável", de mesmo sentido, ainda que de linguagem pretensamente cultivada ou erudita.

Ora, o que estamos tentando transmitir aos leitores pode parecer-lhes, à primeira vista, por demais abstrato e bizantino. Na verdade, porém, quando os valores fundamentais de uma dada cultura são questionados e contes-

tados livremente, sem réplica válida, noções como as de certo e errado, de bem e de mal, são abaladas e tornadas gradualmente inoperantes. A visão da massa acerca daquelas noções passa a ficar embaralhada e, mesmo em pretensas elites, instala-se um relativismo moral posto essencialmente a serviço de egoísmos individuais, cada vez mais insaciáveis e mais inescrupulosos. A ação fragmentadora de tais egoísmos faz das maiorias conjuntos absolutamente heterogêneos e desagregados, presas fáceis de minorias existentes em seu seio, para as quais, entretanto, exista um referencial de valores e objetivos comuns a serem alcançados. Por isso é que, desde há muito, anunciávamos que a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, feita na ausência de rutura radical do pacto social, parecia reflexo de tal aspiração, colocada desde a realização do 6º Congresso do PCB, ou "partidão", como é também designada a agremiação por tantos anos liderada pelo "camarada" Prestes, cruelmente reduzido de "Cavaleiro da Esperança" a zero à esquerda, pela maioria dos seus próprios seguidores. E previamos que a referida Assembléia seria, fatalmente, dominada pelos adeptos da cosmovisão do marxismo, ainda que em sua maioria viesse a constituir-se de "democratas". E que sabíamos que os referidos "democratas", ressalvadas uma ou outra exceção, estariam representados pelos dois grupos já antes mencionados: o dos alienados, perplexos e confusos, e o dos desalmados oportunistas, incapazes de enxergar ou de interessar-se por algo além de seus egoísmos constrangedores e de seus apetites brutais. Pois agora, para que os que nos honram com a sua leitura possam ver que, realmente, as nossas ponderações não são bizantinas nem inoperantemente abstratas, illustre jornalista, reconhecida-

mente liberal, anunciou, no veículo de que é colaborador, o início de uma série de artigos, o primeiro dos quais já publicado, na qual se propõe mostrar como a minoria de esquerda da Constituinte conseguiu arrancar da maioria "democrata" um texto constitucional muito mais à esquerda do que se poderia imaginar. Para citar apenas duas das vitórias das esquerdas, veja-se a abolição da censura em quaisquer casos e para quaisquer fins, e o direito absolutamente irrestrito de greve, ainda quando de natureza política, e ainda quando levado a cabo com prática de abusos. Parece fantástico, mas é o que pode inferir-se da queda, na atual fase de elaboração constitucional, da restritiva — com relação às greves — de que poderiam ser objetos de sanções os abusos acaso cometidos em sua realização.

Claro que o texto final da futura Constituição contém dispositivos positivos e benéficos para o país — nenhum, porém, capaz de prejudicar a marcha do processo revolucionário em pleno curso no momento, segundo entendemos, de acordo com a estratégia de Antônio Gramsci a qual supõe, exatamente, um vasto trabalho de contracultura, a que já fizemos menção, até que a visão crítica predominante entre os governados, passe a ser distinta daquela que os governantes representam. Quando tal divórcio se complete, será impossível a estes últimos deter o poder — e terá chegado, então, o momento do "salto qualitativo", da transformação social com que sonham todos os marxistas, ainda quando desavindos em termos menores, seja na dimensão apenas tática das ações, seja na pura e simples disputa sobre qual fração irá, principalmente, ocupar e usufruir do poder.

Até aqui, como o leitor, inteligente, terá percebido, tentamos realizar uma síntese, necessaria-

mente teórica, acerca de causas e de aspectos dramáticos da crise que estamos vivendo — e sofrendo — em nosso país. É chegado, portanto, o momento de dizer duas palavras sobre como proceder, a nível dos recursos a que temos acesso, para tentar, pelo menos, prolongar a vida das nossas instituições e das nossas tradições. Está claro que só poderemos fazê-lo pelo voto. E por semelhante via, o que nos resta é a escolha de candidatos que, não integrando a revolução das minorias a que nos referimos até aqui, tenham a comprovada aptidão administrativa capaz de reforçar, caso eleitos, a posição ideológica que simbolizam. Está claro que a norma geral que acabamos de enunciar vale para todos os níveis, especialmente do poder Executivo. São Paulo, no momento, tem dois nomes perfeitamente enquadráveis na moldura sugerida — e isto dizemos de maneira isenta, eis que não aspiramos nem aceitaríamos qualquer função pública, de qualquer natureza que, em tais ou quais circunstâncias, nos viesse a ser oferecida. Sem delegação de qualquer dos dois para designá-los nominalmente, estamos certos de que o leitor sabe a quem e a que nos estamos referindo. E sabe que a alternativa apontada traz consigo, ao menos a possibilidade de durante um pouco mais de dez anos, virmos a ter o Brasil influenciado por administrações democráticas e revestidas da competência que, no momento, de maneira verdadeiramente constrangedora, tem faltado ao nosso país e à nossa gente.

Na atual conjuntura, parece-nos, se há ainda uma esperança, fora dos arraiais do marxismo, é ela a que acabamos de apontar à inteligência dos leitores.

JORGE BOAVENTURA DE SOUZA E SILVA, 66, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi chefe da Divisão de Assuntos Sociais do Colégio Interamericano em Washington (EUA).

PAULO

05 SET 1988

05 SET 1988